



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. XIII (2012)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Ângela Domingues, *Monarcas, Ministros e Cientistas. Mecanismos de Poder, Governação e Informação no Brasil Colonial, Lisboa, CHAM, 2012, 301 pp. ISBN 9789898492142*

José Eudes Gomes 

Como Citar | How to Cite

Gomes, José Eudes. 2012. «Ângela Domingues, *Monarcas, Ministros e Cientistas. Mecanismos de Poder, Governação e Informação no Brasil Colonial*, Lisboa, CHAM, 2012, 301 pp. ISBN 9789898492142». *Anais de História de Além-Mar* XIII: 521-525. <https://doi.org/10.57759/aham2012.37194>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores

Av.^a de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal

<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2012. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2012. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).

The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

Ângela DOMINGUES, *Monarcas, Ministros e Cientistas. Mecanismos de Poder, Governação e Informação no Brasil Colonial*, Lisboa, CHAM, 2012, 301 pp. ISBN 9789898492142.

Qual a relação entre personagens tão diversas quanto navegantes, piratas, soldados, degredados, aventureiros, colonos e missionários que se arriscaram no litoral da Terra de Santa Cruz no século XVI e governadores, potentados, viajantes, monarcas e naturalistas que viveram ou visitaram a América portuguesa durante o século XVIII e as primeiras décadas do XIX?

Em seu mais recente livro, *Monarcas, Ministros e Cientistas*, que acaba de ser publicado pelo Centro de História de Além-Mar, Ângela Domingues nos oferece uma resposta bastante original: em um mundo de grandes contrastes, cujas partes se tornavam cada vez mais interconectadas, dos sertões do Novo Mundo aos gabinetes, palácios e academias ilustradas da Europa, para todos eles o conhecimento e o acesso à informação, assim como a sua gestão e utilização de forma eficaz, consistiram em fatores decisivos nas relações de poder que travaram.

A obra consiste na reunião de 15 artigos produzidos pela autora ao longo da última década, como pesquisadora do Instituto de Investigação Científica Tropical, e são representativos da sua trajetória acadêmica e interesses de pesquisa. Não obstante a variedade de temas que abordam, todos os textos dizem respeito à América portuguesa e à produção de conhecimento sobre o seu território, sobretudo durante a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. Além disso, partem do pressuposto de que o conhecimento é uma forma de poder, considerando, assim como Bernard Cohn, que a produção de saberes e a constituição de sistemas de informação foram tão importantes para a conquista e a dominação colonial quanto as armas e o uso da violência¹.

Apontando as limitações das abordagens que encaram a formação das comunidades coloniais no Atlântico Sul como extensão da história dos reinos europeus e dos seus impérios numa perspectiva das histórias nacionais, a autora concebe o espaço atlântico como via de circulação e comunicação, palco de movimentos migratórios, trocas comerciais, produção de conhecimento e formação de identidades. A coletânea em questão é, portanto, assumidamente inspirada pelas proposições, desafios e problemas lançados pela chamada *Atlantic History*².

O livro está organizado em duas partes. A primeira é composta por sete artigos que privilegiam a relação entre governação, informação e controle do território. A segunda apresenta oito estudos que exploram o crescente interesse despertado pela América portuguesa a partir do século XVIII e a importância estratégica desempenhada pela produção de conhecimento sobre a sua geografia, a sua natureza e as suas gentes. Esta divisão, no entanto, mostra-se um tanto frágil, na medida em que governação, informação e conhecimento são temas transversais à grande maioria dos textos, tratados pela autora como historicamente imbricados e mutuamente determinantes.

Elaborados sob a forma de artigos, os estudos reunidos no livro permitem que a sua leitura seja feita pela ordem do interesse despertado por cada um dos assuntos abordados. Por outro lado, a repetição de determinadas citações e frases em mais de um texto indica que os artigos poderiam ter sido submetidos a uma revisão mais cuidadosa. Neles, a

¹ Bernard S. COHN, *Colonialism and its Forms of Knowledge: the British in India*, Princeton, Princeton University, 1996.

² Philip MORGAN e Jack GREENE (ed.), *Atlantic History. A critical appraisal*, New York, Oxford University Press, 2009.

autora refere e analisa documentação bastante diversa, como correspondência administrativa, memórias, mapas, relatos de viagem, jornais e cartas pessoais, pesquisada em arquivos e bibliotecas dos dois lados do Atlântico, notadamente portugueses, brasileiros e ingleses. Há que ressaltar ainda o diálogo constante que estabelece com a historiografia especializada em língua portuguesa, inglesa, castelhana e francesa.

Fornecendo um balanço das principais iniciativas de colonização portuguesa empreendidas na América durante a primeira metade do século XVI, os dois estudos iniciais mostram como o maior ou menor grau de sucesso daquelas era dependente das alianças firmadas com as diversas populações nativas, imprescindíveis não só como força militar e mão-de-obra, mas também como informantes. É precisamente neste sentido que a autora alude ao investimento na atividade missionária e aos esforços empregados na catequização indígena. Criticando o enaltecimento de um pretenso êxito colonizador associado ao reinado de D. João III, mais do que a um projeto estruturado e definitivo de colonização, a autora prefere referir-se aos seus avanços e recuos, concluindo, tal como Alencastro, pela existência de vários Brasis construídos de forma vacilante e marcados pela descontinuidade, a despeito das tentativas de centralização levadas a cabo no período³.

Em relação ao século XVI, a principal contribuição de Ângela Domingues consiste na ênfase que dá ao papel desempenhado por degredados, desertores, lançados, cripto-judeus, marinheiros, náufragos, aventureiros, mercadores, missionários e colonos enquanto exploradores do território, intérpretes e *intermediários culturais*. Tais sujeitos foram, em sua maioria, homens solteiros e pobres, fugidos da justiça civil ou inquisitorial, e ainda indivíduos da pequena nobreza e religiosos, não só portugueses, mas também espanhóis, franceses, ingleses, italianos, flamengos e alemães. Muitos integraram-se nas sociedades indígenas, num processo que a autora chama de *indianização*, aprenderam as suas línguas, técnicas e códigos culturais, casaram-se e miscigenaram-se. Tanto eles quanto os seus filhos mamelucos constituíram-se em mestiços culturais capazes de transitar pelos mundos europeus e indígenas, cuja influência e prestígio mostraram-se fundamentais na realização de pactos militares e políticos em favor dos interesses portugueses ou de outras potências européias⁴.

Segundo Ângela Domingues, a atuação de intermediários culturais não se restringiu aos contatos e confrontos seiscentistas. Para prová-lo, ao invés de citar o clássico exemplo dos sertanistas paulistas, mais comumente mencionado pela historiografia, nos leva até os sertões da Amazônia setecentista, para apresentar o caso dos *cunhamenas* ou *régulos do sertão*, a respeito do qual o estudo de Barbara Sommer é referencial⁵. Tratava-se de indivíduos de origens sociais ou étnicas muito diversas, inclusive religiosos e soldados, muitas vezes casados com filhas de principais indígenas, bastante práticos na região, detentores de numerosos exércitos particulares e metidos com os *descimentos* de índios do sertão, ou seja, com o apresamento indígena. Por conta do seu poderio e da sua «natureza camaleônica», ora colaborando com a Coroa, ora defendendo unicamente os seus interesses particulares, estes poderosos sertanejos eram encarados pelas autoridades coloniais do Grão-Pará a um só tempo como aliados úteis e ameaça premente, conforme revelam os estudos de caso dos governos de Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759) e Francisco Maurício de Sousa Coutinho (1790-1803).

³ Luiz Felipe de ALENCASTRO, *O Trato dos Videntes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, Séculos XVI e XVII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

⁴ Alida METCALF, *Go-Betweens and the Colonization of Brazil: 1500-1600*, Austin, University of Texas Press, 2006.

⁵ Barbara SOMMER, «Cracking down the *cunhamenas*: renegade Amazonian traders under pombaline reform», *Journal of Latin American Studies*, 38, 2006, pp. 767-791.

Através destes dois governadores ilustrados, a autora nos leva a percorrer as veredas da governação colonial e a desvendar os meandros da construção e manutenção dos poderes régios e locais na região. Suas respectivas administrações são representativas das inflexões tomadas pela política imperial lusitana para o conjunto da América portuguesa a partir de meados do século XVIII, que teve como diretrizes a tentativa de imposição da autoridade régia, a preocupação com a delimitação das fronteiras com o império espanhol e o interesse em fomentar a produção agrícola e o comércio colonial. Para atingir esses objetivos, as elites governativas esclarecidas das quais fizeram parte, educadas especialmente para esse fim, protagonizaram uma maior uniformização e produção de informação administrativa, com a finalidade de controlar e governar melhor os domínios portugueses. Por meio da realização de expedições científicas e do fomento a viagens exploratórias, por sua vez, buscou-se tanto a produção de conhecimento sobre o território com vistas às demarcações dos limites territoriais, quanto a inventariação científica das riquezas naturais coloniais, em prol do seu aproveitamento econômico.

Outra contribuição importante é a discussão da nem sempre lembrada questão fronteiriça com a Guiana Francesa decorrente da anexação de Caiena (1808-1817), empreendida como retaliação à invasão napoleônica do reino, questão apontada por Ciro Flamarion Cardoso em estudo precursor⁶. Em relação ao assunto, a originalidade da autora consiste em ressaltar a transplantação em 1810 de espécies vegetais da *Habitation Royale des Épiceries* de Caiena, mais conhecida como *Jardin La Gabrielle*, para os jardins botânicos de Belém, Bahia e Rio de Janeiro, além da contratação de botânicos e jardineiros experientes, que seriam empregados na introdução e aclimação de plantas no Brasil para fins comerciais, como o cravo e a noz-moscada. O episódio exemplifica de forma emblemática a importância progressiva que o conhecimento científico assumia no âmbito das disputas imperiais.

O crescente interesse científico, econômico e político despertado pelo Brasil no outro lado do Atlântico é indicado pela análise de diferentes jornais de cunho científico publicados em Portugal e na Inglaterra durante o período joanino, nomeadamente: o *Jornal de Coimbra* (1812-1820), o *Investigador Portuguez em Inglaterra* (1811-1819), o *Correio Braziliense* (1808-1822) e as *Philosophical Transactions*, este último publicado pela conceituada Royal Society britânica, da qual participavam diversos portugueses. Tais periódicos revelam a articulação de uma comunidade transnacional de informação e conhecimento que interligava o Novo e o Velho Mundos, assim como o seu engajamento na formulação de projetos a um só tempo científicos, civilizacionais e políticos.

Com a transferência da capital imperial para o Rio de Janeiro e a abertura dos portos em 1808, a autora assinala a adoção de uma política de fortalecimento da autoridade régia, expressa pelo esforço de controlar mais e melhor o território colonial, promover a sua «civilização» e o desenvolvimento das atividades agrícolas, comerciais e industriais, em nome do bem-comum, do progresso e da felicidade dos súditos da Coroa lusitana. Neste sentido, os imbrincamentos entre governação, conhecimento científico e exploração econômica no período joanino são discutidos através de diferentes exemplos, como a criação da Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce (1808) e da Junta da Real Expedição e Conquista de Guarapuava (1809), cujos objetivos principais eram dominar os povos botocudo e kaiagang e conquistar as suas terras. Outros exemplos são as fundações das colônias sueca de Sorocaba (1810) e suíça de Nova Friburgo (1818), que visavam a incorporação de áreas marginais, através da exploração mineralógica e agrícola, respectivamente. Em muitas capitâneas passava-se de uma situação polí-

⁶ Ciro Flamarion CARDOSO, *Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*, Rio de Janeiro, Graal, 1984, p. 153.

tica e administrativa de relativa autonomia local para uma outra, de maior intromissão do poder régio, utilizando-se a civilização e o progresso como argumentos para legitimar a intervenção da Coroa.

Sem negar a historiografia que aponta que a «descoberta científica» do Brasil foi um fenômeno eminentemente do século XIX, em diversos estudos Ângela Domingues insiste que é preciso levar em consideração o enorme esforço de «reconhecimento científico» dos domínios coloniais empreendido pelas coroas ibéricas, sobretudo a partir de meados do século XVIII. A autora ressalta a constituição de uma «elite do conhecimento» portuguesa e luso-brasileira, de formação polivalente, adquirida na Universidade de Coimbra reformada ou noutras universidades europeias, no Colégio dos Nobres ou em academias militares e navais, muitas vezes apoiada pela concessão de bolsas e complementada pela experiência em outros países europeus. Em nome da monarquia portuguesa, esta elite produziu conhecimento renovado e exerceu funções administrativas nas diversas partes do império, fatores essenciais para a manutenção da soberania lusitana e a viabilização do governo à distância, tema explorado por Ronald Raminelli pela via do sistema de serviços e recompensas gerenciado pela monarquia⁷.

A informação produzida era enviada para o reino sob a forma de ofícios, informações, relatórios, memórias, diários de viagem, roteiros, cartas geográficas e topográficas, esboços, desenhos, vistas e aquarelas, além da remessa de amostras de minerais, vegetais, animais vivos ou embalsamados e até mesmo de índios. Foi estabelecida uma rede de conhecimento náutico, geográfico, geológico, astronômico, botânico, zoológico, etnográfico e econômico, estruturada através de instituições como a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, a Universidade de Coimbra, a Real Academia de Ciências, o Real Gabinete de História Natural e o Jardim Botânico da Ajuda. Se a primeira geração desta elite esclarecida e ilustrada esteve integrada em cargos governativos, uma segunda geração desempenhou um papel preponderante na independência do Brasil e na preservação da unidade do Estado brasileiro.

Em vários textos a autora observa que, ao mesmo tempo em que financiava e apoiava a renovação do conhecimento sobre o Brasil por esta elite, a Coroa proibia oficialmente a presença de estrangeiros no território, restringindo e controlando a sua entrada e circulação. Além disso, adotou uma política de censura e *secretismo* em relação ao conhecimento produzido por governadores, intendentes, engenheiros militares, naturalistas e exploradores, fazendo com que ficasse restrito a um número selecionado de indivíduos ligados ao exercício de cargos governativos e quase nunca fosse publicado ou divulgado, para o bem da integridade territorial. Esta política de sigilo, estrategicamente assumida pela Coroa em função da competição imperial, teria contribuído para a defasagem do conhecimento sobre a América portuguesa por parte de «outros europeus», como muitos viajantes ingleses que ainda se valiam dos relatos quinhentistas e seiscentistas para obter informação sobre o Brasil. Tais fatores também ajudam a explicar a imagem construída por diferentes viajantes estrangeiros setecentistas do Brasil como uma terra bárbara e fértil.

Diversos estudos são dedicados a analisar as representações sobre o Brasil nos relatos de viajantes estrangeiros, fontes que apresentam a vantagem de oferecer o que se poderia chamar de «olhares externos». Frequentemente acompanhadas de cartas geográficas, que cumpriam uma função descritiva e ilustrativa das viagens, muitas destas relações foram prontamente traduzidas e publicadas na Europa, contribuindo para formatar as visões sobre o Brasil, os Portugueses e os luso-brasileiros no autodenominado Velho Mundo.

⁷ Ronald RAMINELLI, *Viagens Ultramarinas: Monarcas, Vassalos e Governo à Distância*, São Paulo, Alameda, 2008.

Um dos pontos altos da obra, aliás, consiste na recusa de Ângela Domingues em aceitar a idéia de que a emergência do projeto iluminista e a intensificação dos contatos com culturas extra-européias teriam levado a Europa setecentista a se enxergar como um todo. Para demonstrar a impropriedade desta afirmação, indica-se a existência de preconceitos nacionais nos relatos de viajantes estrangeiros, tal como o inglês Joseph Banks, que considerava que Portugueses e Espanhóis estariam numa escala civilizacional inferior ao resto da Europa, ou ainda como o francês La Barbinais, que classificava os países do Norte europeu como laboriosos e industriais, ao passo que os ibéricos, por conta da riqueza de suas possessões ultramarinas, seriam inevitavelmente preguiçosos e indolentes. Outros exemplos significativos são os relatos dos ingleses Cook, Banks e Parkinson, que representaram os governantes coloniais como absolutos e corruptos, e os súditos da Coroa portuguesa como supersticiosos, indolentes, libertinos, pouco industriais e incapazes de explorar convenientemente os recursos naturais e as potencialidades econômicas brasileiras. Estes relatos são emblemáticos do processo de construção discursiva da superioridade dos britânicos, que se consideravam mais civilizados e cientificamente mais evoluídos do que os ibéricos, pois estavam afastados das limitações que o catolicismo impunha ao conhecimento científico.

Segundo a autora, estes discursos refletiam em grande medida os interesses comerciais e científicos dos súditos de potências européias como Inglaterra, França e Holanda, que, diante da atitude protecionista das monarquias ibéricas em relação aos seus territórios coloniais e suas riquezas, muitas vezes tacharam-nas de incultas e atrasadas. Assim, as imagens construídas pelos viajantes estrangeiros em seus relatos eram marcadas não apenas pela sua formação, informação e interesses pessoais, mas ainda pela postura ideológica de defesa dos interesses imperialistas em torno dos produtos e do comércio coloniais, cada vez mais escudados por princípios de racionalidade. Desse modo, «os choques culturais e as fronteiras interculturais» não se restringiram ao período de chegada dos europeus à América, nem se limitaram aos contatos e confrontos verificados entre europeus e ameríndios, africanos e asiáticos, posto que incluíram os embates travados entre os próprios europeus e seus impérios.

Em *Monarcas, Ministros e Cientistas*, a informação e o conhecimento são tomados como mecanismos de poder instrumentalizados para o exercício do controle territorial, a exploração da natureza e da humanidade. A partir de uma politização do processo de construção do saber científico europeu no espaço atlântico, Ângela Domingues questiona o discurso científico ilustrado como universal, trans-histórico e neutro e, por isso, pretensamente absoluto e incontestável⁸. Muito pelo contrário, mostra como a apropriação de saberes e a produção de conhecimento pelos impérios europeus estavam estreitamente relacionadas ao controle e exploração de áreas coloniais extra-européias, observando como os limites do conhecimento eram, frequentemente, os limites da própria colonização. Para além disso, evidencia que o conhecimento foi utilizado para a dominação, a hierarquização e a exploração não somente dos povos dos territórios conquistados além-mar, mas também do interior do próprio continente europeu⁹.

JOSÉ EUDES GOMES

(Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa)

⁸ Pierre BOURDIEU, *Para Uma Sociologia da Ciência*, Lisboa, Edições 70, 2004.

⁹ Jean-Frédéric SCHAUB, «Historia colonial de Europa: de civilización a barbarie», *ISTOR*, 16, 2004, pp. 45-71 [Consultado a 10/02/2013]. Disponível em http://www.istor.cide.edu/archivos/num_16/dossier2.pdf.